DOFe | DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

Edição Eletrônica Certificada Digitalmente Conforme Lei Complementar Nº261 de 23 de junho de 2015.

Diário n. 671 de 12 de setembro de 2018

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça
José Rony Silva Almeida
Corregedor-Geral
Carlos Augusto Alcântara Machado
Coordenadora-Geral
Ana Christina Souza Brandi
Ouvidora
Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg

Colégio de Procuradores de Justiça
José Rony Silva Almeida (Presidente)
Moacyr Soares da Mota
José Carlos de Oliveira Filho
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça
Rodomarques Nascimento
Luiz Valter Ribeiro Rosário
Josenias França do Nascimento
Ana Christina Souza Brandi
Celso Luís Dória Leó
Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg
Carlos Augusto Alcântara Machado
Ernesto Anízio Azevedo Melo
Jorge Murilo Seixas de Santana (Secretário)
Paulo Lima de Santana (Suplente do Secretário)
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes

Secretário-Geral do MPSE
Manoel Cabral Machado Neto

Assessor-Chefe do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Eduardo Barreto d' Ávila Fontes

Escola Superior do Ministério Público de Sergipe
Diretor-Geral: Newton Silveira Dias Junior
Coordenador de Ensino: Newton Silveira Dias Junior

Conselho Superior do Ministério Público
José Rony Silva Almeida (Presidente)
Procurador-Geral de Justiça
Carlos Augusto Alcântara Machado
Corregedor-Geral

Membros
Ana Christina Souza Brandi
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes
Paulo Lima de Santana
Manoel Cabral Machado Neto
Secretário

SEQUÊNCIA DOS ÓRGÃOS / PUBLICAÇÕES
1. Procuradoria Geral de Justiça
2. Colégio de Procuradores de Justiça
3. Conselho Superior do Ministério Público
4. Corregedoria Geral do Ministério Público
5. Coordenadoria Geral do Ministério Público
6. Ouvidoria do Ministério Público
7. Procuradorias de Justiça
8. Promotorias de Justiça
9. Centro de Apoio Operacionais
10. Escola Superior do Ministério Público
11. Secretaria Geral do Ministério Público/Diretorias

1. PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

2. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

4. CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

5. COORDENADORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

6. OUVIDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

7. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

8. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

1ª Promotoria de Justiça - Socorro

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 07/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 12 dias de setembro de 2018, através da Promotoria de Justiça de Nossa Senhora do Socorro, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 59.18.01.0010, tendo por objeto a necessidade de apurar irregularidades na entidade de acolhimento Dra. Lilian Mendes de Carvalho.

Nossa Senhora do Socorro, 12 de setembro de 2018.

LUÍS FAUSTO DIAS DE VALOIS SANTOS

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Socorro

Portaria de instauração de Procedimento Administrativo

PORTARIA n.º 111/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 12 dias de setembro de 2018, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora do Socorro, instaurou o Procedimento Administrativo, tombado no sistema PROEJ sob o nº 59.18.01.0130, tendo por objeto denúncia do Disque 100 n° 1023909 noticiando que Claúdia, pessoa com deficiência, é negligenciada pelo companheiro Edvan, pelo filho Edvan Júnior e pela irmã Lívia.

Nossa Senhora do Socorro, 12 de setembro de 2018.

Luís Fausto Dias de Valois Santos

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Socorro

Portaria de instauração de Procedimento Administrativo

PORTARIA n.º 112/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 12 dias de setembro de 2018, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora do Socorro, instaurou o Procedimento Administrativo, tombado no sistema PROEJ sob o nº 59.18.01.0131, tendo por objeto denúncia do Disque 100 n° 1022059 noticiando que L. F., A. B e H. G., crianças, S, E. E. e S adolescentes são agredidos psicologicamente e negligenciados por sua mãe, Edivania e seu padrasto, Alisson.

Nossa Senhora do Socorro, 12 de setembro de 2018.

Luís Fausto Dias de Valois Santos

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Socorro

Portaria de instauração de Procedimento Administrativo

PORTARIA n.º 110/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 12 dias de setembro de 2018, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora do Socorro, instaurou o Procedimento Administrativo, tombado no sistema PROEJ sob o nº 59.18.01.0129, tendo por objeto denúncia do Disque 100 n° 1025625 noticiando que pessoas de nomes não informados, em situação de rua, encontram-se em situação de vulnerabilidade social.

Nossa Senhora do Socorro, 12 de setembro de 2018.

Luís Fausto Dias de Valois Santos

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Socorro

Portaria de instauração de Procedimento Administrativo

PORTARIA n.º 113/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 12 dias de setembro de 2018, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora do Socorro, instaurou o Procedimento Administrativo, tombado no sistema PROEJ sob o nº 59.18.01.0132, tendo por objeto denúncia do Disque 100 n° 753283 noticiando que D, 15 meses, é negligenciado pela mãe Daniele.

Nossa Senhora do Socorro, 12 de setembro de 2018.

Luís Fausto Dias de Valois Santos

Promotor de Justiça

---

9. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL - CAOP'S

(Não houve atos para publicação)

---

10. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

11. SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO/DIRETORIAS

Diretoria Administrativa

Extratos das Inexigibilidades e das Dispensas

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2018

PARTES: Ministério Público de Sergipe e Zênite Informação e Consultoria S.A.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0315/2018-75

PARECER JURÍDICO: 093/2018

OBJETO: Inscrição de servidores para participar do curso "A Contratação Pública sem Licitação - Cabimento e instrução dos processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública", a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 22 a 24 de Outubro de 2018.

BASE LEGAL: art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93.

VALOR TORAL: R$ 3.950,00 (Três mil, novecentos e cinquenta reais)

Aracaju, 10 de setembro de 2018.

Léa Maria Sobral da Cruz

Diretora Administrativa/PGJ-SE

Diretoria Administrativa

Extratos das Inexigibilidades e das Dispensas

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2018

PARTES: Ministério Público de Sergipe e Consultre - Consultoria e Treinamento Ltda.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0052/2018-76

PARECER JURÍDICO: 095/2018

OBJETO: Inscrição de servidor no curso "EAD - Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos", através de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com duração de 45 (quarenta e cinco dias), incluindo Material Complementar; Exercícios; Fórum para dúvidas e Certificado.

BASE LEGAL: art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93.

VALOR TOTAL: R$ 980,00 (Novecentos e oitenta reais)

Aracaju, 10 de setembro de 2018.

Léa Maria Sobral da Cruz

Diretora Administrativa/PGJ-SE

Diretoria Administrativa

Avisos de Publicação das Homologações das Licitações

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 18/2018

O Procurador-Geral de Justiça, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº8.666/93 e considerando o Termo de Adjudicação exarado pelo Pregoeiro deste Ministério Público, resolve Homologar o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico- nº 18/2018, que tem por finalidade a contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de central telefônica dedicada ao funcionamento de um Sistema de Comunicação com gravação de voz contínua e sistema call center, e prestação de suporte técnico em software e hardware, conforme abaixo descrito:

LOTE ÚNICO: Empresa: TLDNETWORK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ:09.276.415/0001-67 Valor Total: R$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais).

Documento homologado em 11/09/2018

José Rony Silva Almeida

Procurador-Geral de Justiça
